



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/09/2025 a 30/09/2025

Assunto: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/7

173.2025	Sessão Ordinária - CD	02/09/2025-18:20
Publ.: DCD - 03/09/2025 - 130	Jorge Solla-PT -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado considerou um marco histórico o dia do julgamento do ex-Presidente Bolsonaro, a quem chamou de bandido. Ademais, destacou que o julgamento abrange cinco crimes, mas ressaltou que Bolsonaro ainda responderá por genocídio devido à gestão da pandemia, lembrando as mortes em Manaus (AM) pela falta de oxigênio e o atraso na compra de vacinas. Além disso, lembrou que o ex-Presidente cometeu traição à Pátria ao compartilhar informações sigilosas com aliados do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Adicionalmente, apontou a corrupção e o roubo ligados às joias, à Eletrobras e às privatizações. Por fim, defendeu que Bolsonaro seja condenado pela tentativa de golpe de Estado, corrupção, genocídio e demais crimes atribuídos a ele, sua família e aliados.

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Realmente, hoje é um dia marcante na história política do nosso País. Eu quero dizer àqueles que ainda insistem em defender o pior bandido que este País já teve — o ex-Presidente Bolsonaro, o bandido que tem o maior rol de crimes nas suas costas — que esse julgamento que começou hoje só engloba cinco crimes.

Quero lembrar aos senhores que nesse julgamento ele não está ainda sendo julgado pelo genocídio, mas eu tenho certeza de que será. Há 5 anos, 700 mil brasileiros morreram. O Brasil, apesar de ter um sistema público universal de saúde, que tanto fez no combate à pandemia, foi o país em que a maior proporção da população foi a óbito, porque tinha um Presidente que era aliado do vírus, porque tinha um Presidente que fez chacota das pessoas que morriam com falta de ar, que impediu que oxigênio chegasse a Manaus, que inviabilizou a compra e a entrega da vacina para proteger a nossa população.

Então, aguardem, porque ele ainda será julgado pelo genocídio na maior crise



sanitária por que o Brasil e o mundo passaram. Ele foi o pior Presidente da República que um país já teve.

Mas não para por aí, ainda teremos julgamento de traição à Pátria. Bolsonaro assumiu, como réu confesso, que entregou informações sigilosas à turma — vou usar o termo utilizado por ele — de Trump.

Um ex-Presidente da República, Deputado Alexandre Lindenmeyer, tem acesso aos segredos mais sigilosos, mais guardados, mais protegidos. É um crime, elevado à enésima potência, de traição, de espionagem, de lesa-pátria. Um ex-Presidente da República se aproveitou do seu cargo para ter acesso a informações e entregá-las a uma potência estrangeira para prejudicar a economia brasileira, prejudicar os empregos da nossa Nação e obter privilégios.

Ele será ainda julgado por corrupção e por roubo. Lembra-se das joias? Aquelas joias apresentam evidências marcantes de que fizeram parte do pagamento da primeira refinaria de petróleo do Brasil, que foi entregue a um preço subestimado. Pagaram quase 20% ao Brasil e pagaram a parte restante, com certeza, a Bolsonaro, por meio das joias.

Mas não para por aí. Houve muamba na Eletrobras, houve muamba em várias entregas, em diversas "privatarias". O que mais houve no Governo Bolsonaro foi "privataria", foi roubo, foi corrupção. É claro que eles tinham a blindagem da Procuradoria-Geral da República, mas isso acabou.

Acabou, bolsonaristas. Vão para a cadeia!

Presidente, por favor, registre no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação desta Casa a necessidade de a Justiça brasileira botar Bolsonaro na cadeia, não só pela tentativa de golpe de Estado, que está sendo julgada hoje, mas também por corrupção, por roubo, por genocídio e por todos os crimes que ele, sua "família" e seus comparsas, inclusive os comparsas que o defendem neste Parlamento, cometeram contra a população brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 2/7

173.2025

Publ.: DCD - 03/09/2025 - 142

Sessão Ordinária - CD

Alexandre Lindenmeyer-PT -RS

ORDEM DO DIA

02/09/2025-18:28

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que setembro ficará marcado na história do País, destacando a comemoração da independência e a expectativa de aprovação do



Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que promove reforma tributária, com isenção do Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais e isenção escalonada até 7.350 reais. Ressaltou também o julgamento dos responsáveis por atentar contra a democracia e a soberania nacional, ao convocarem embaixadores estrangeiros para questionar o processo eleitoral, incentivarem atos contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e promoverem ataques em Brasília (DF), incluindo o 8 de Janeiro de 2023. Lembrou ainda as quase 700 mil mortes durante a pandemia e condenou os adversários por articularem a taxaço americana contra a economia brasileira. Por fim, celebrou o julgamento do STF, que fará justiça em defesa da independência e da soberania nacional.

O SR. ALEXANDRE LINDENMEYER (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o mês de setembro vai ficar na história.

É neste mês que comemoramos nossa independência. Nós queremos ver, nesta Casa do Parlamento, a aprovação do projeto de lei que vai ser a maior ação de reforma e justiça tributária para o povo brasileiro, com a isenção do Imposto de Renda para todos os que recebem até 5 mil reais, e a isenção escalonada para quem recebe até 7.350 reais.

Além disso, ainda setembro, haverá um julgamento que vai estabelecer, sim, a sentença para aqueles que tentaram derrubar a democracia brasileira; aqueles que quiseram afrontar a soberania nacional, chamando embaixadores estrangeiros a dizer que nós tínhamos um processo eleitoral fraudulento em 2021; aqueles que fizeram uma mobilização para desestruturar e atacar instituições nacionais como o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral.

A articulação teve como consequência o quebra-quebra patrocinado por eles em Brasília, durante a diplomação do Presidente Lula, bem como o caminhão-bomba que colocaram nas imediações do Aeroporto de Brasília. O dia 8 de Janeiro não foi uma festa, mas, sim, um atentado às três grandes estruturas democráticas do Brasil: o Poder Judiciário, o Poder Executivo e este Parlamento.

As pessoas que estão respondendo a processo são as mesmas que, no passado, eram negacionistas, eram contra a vacina. De outro lado, nós vimos quase 700 mil vidas serem perdidas neste País em nome do desenvolvimento econômico. Agora, em defesa dos interesses de suas famílias, eles atacam a economia brasileira ao articular a taxaço americana contra os interesses da economia do nosso País.

Por isso, setembro vai ficar, sim, na história e na defesa da nossa independência e da nossa soberania. A sentença, que virá do Supremo, fará justiça.



Sim à Justiça brasileira!

Documento 3/7

183.2025	Sessão Ordinária - CD	10/09/2025-19:36
Publ.: DCD - 11/09/2025 - 162	Pedro Uczai-PT -SC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que a extrema Direita é a responsável histórica e contemporânea por práticas de violência. Apontou o Governo de Israel como promotor de genocídio contra o povo palestino, criticou a política armamentista dos Estados Unidos e associou o Presidente Donald Trump a práticas ditatoriais e violentas. Ademais, relembrou os crimes cometidos pela extrema Direita durante a ditadura militar brasileira, as mortes decorrentes da Covid-19 sob o Governo Bolsonaro e a fome que atingiu 33 milhões de brasileiros. Em contraposição, valorizou o Governo do Presidente Lula, destacando avanços em educação, saúde, emprego, políticas sociais e soberania nacional. Por fim, afirmou que o Presidente representa a dignidade e a defesa do povo brasileiro frente à submissão da extrema Direita aos Estados Unidos, e declarou confiança na reeleição de Lula no primeiro turno.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Deputado Osmar Terra, esta é uma boa oportunidade para falar de violência, esta é uma boa oportunidade para trazer um pouco de história, esta é uma boa oportunidade para defender a cultura da paz.

Nós de esquerda sempre defendemos o que está dentro dos marcos democráticos, sempre defendemos paz na democracia. A extrema direita vem à tribuna...

Com todo o respeito à minha colega catarinense, eu quero falar algumas coisas sobre violência.

Primeiro ponto: onde é que se está produzindo a maior violência neste momento da história? A extrema direita, do Governo da extrema direita de Israel, está matando crianças, está matando mulheres — milhares — e está destruindo hospitais, escolas, casas, moradias. Está destruindo um território, um país, e quer exterminar um povo.

Que moral vocês, da extrema direita, têm diante do genocídio que estão produzindo contra o povo da Palestina? Que moral vocês têm para falar da violência da Esquerda, quando a extrema direita, nos Estados Unidos, fomenta



mais armas e mais violência?

E não dá nem para falar da violência que estão praticando contra o próprio povo. Há milhares e milhares de vídeos mostrando a violência, as atrocidades contra imigrantes, inclusive contra brasileiros, que ainda são capachos dos americanos, defendem a violência contra outros países, a guerra contra outros países, e beijam a bandeira dos americanos.

Quer mais violência do que a experiência de ditadura que o Trump está impondo ao seu país? As manifestações em todo o território dos Estados Unidos denunciam a truculência, a violência e as mortes que estão sendo patrocinadas.

Que moral vocês, da extrema direita, têm para falar de violência? Pegaram três ou quatro casos aqui, como a Deputada fez. Vocês mataram milhares de pessoas nas ditaduras militares, como na ditadura de 1964. Vocês prenderam, torturaram, assassinaram e fizeram desaparecer tantas pessoas, como o nosso amigo catarinense Paulo Stuart Wright.

Essa extrema direita tem alguma moral para falar de violência? Vocês são os patrocinadores da violência em tantas experiências históricas. Vocês violentaram tudo e tentaram assassinar o Presidente eleito porque foram derrotados.

Os Deputados da extrema direita aqui não questionam as urnas eletrônicas quando se trata dos votos deles, dos Governadores deles, dos Senadores deles, mas questionam os votos das urnas do Presidente que perdeu, que permitiu a morte de 700 mil brasileiros.

Vocês falam em violência? Não vou nem falar dos meus familiares que morreram em decorrência da Covid, do negacionismo de vocês, que são os responsáveis por tantas mortes neste País. Quem são vocês para falar de violência? Quem são vocês? Quem são vocês? É tanta violência que vocês patrocinam no mundo! São tantas guerras que vocês patrocinam no mundo! E agora querem fazer esse discurso.

Vamos falar de Brasil, quando 33 milhões de brasileiros passavam fome. Quer violência maior cometida por Bolsonaro ao deixar 33 milhões de pobres neste País sem comida, passando fome? Foi preciso que o Presidente Lula, eleito democraticamente pelo povo brasileiro, recuperasse a dignidade do povo, que estava morrendo de fome, e das crianças, também morrendo de fome.

Vocês têm a marca da violência. Vocês têm a marca da desigualdade social. É isso que está sendo falado aqui. Enquanto o Presidente Lula mostra este País com soberania, com independência dos Estados Unidos, vocês querem menos empregos, menos empresas no Brasil, puxam o saco de Trump. Que vergonha ver vocês se ajoelharem, usarem um bandeirão dos Estados Unidos nas manifestações de vocês! Que vergonha! Eu me sinto envergonhado de ver brasileiros puxando o saco dos estrangeiros para prejudicar as empresas e os



empregos dos brasileiros.

O Governo do Presidente Lula se coloca do lado do povo brasileiro, do lado do nosso povo, e também do lado do setor empresarial, que viu as exportações aumentarem 6,1 bilhões de dólares no mês de agosto. Vamos comparar com a economia, a educação e a saúde do Governo Bolsonaro, para ver quem patrocinou violência neste País?

Nós estamos recuperando a esperança do povo brasileiro. Vamos comparar o emprego? Vamos comparar a renda? Vamos comparar as políticas sociais? Vamos comparar a política econômica? Vamos comparar a política industrial? Vamos comparar o crédito para a agricultura e para o agronegócio? Vamos comparar as instituições federais? Com muito orgulho, professor e educador que sou, eu fui Relator do programa Pé-de-Meia. Enquanto a extrema direita critica o Pé-de-Meia, 4 milhões de jovens estão tendo a esperança de estudar, de se qualificar, de chegar até a universidade.

Que orgulho nós temos quando o Presidente Lula anuncia mais cem institutos federais, mais *campi* de universidade federal, mais médicos, mais farmácia popular, mais unidades odontológicas móveis, mais UBSs, mais hospitais universitários, mais educação, mais oportunidades!

Vocês não têm nenhuma proposta para o País. Vocês têm que se subordinar aos americanos e a Trump porque vocês vão perder de novo as eleições. O Presidente Lula vai ser reeleito no primeiro turno — escrevam aí: no primeiro turno —, porque Lula tem rosto de povo brasileiro. Lula tem rosto de soberania nacional. Lula tem rosto de quem defende este País dos capachos que defendem o Trump. Lula defende a economia brasileira, a indústria nacional, a agricultura brasileira e oportunidades para o nosso povo brasileiro. É disso que estamos falando.

Que indignação eu sinto quando vejo aqui discursos da extrema direita sobre violência. Nós nos solidarizamos, Deputado Otoni de Paula, diante de qualquer tipo de assassinato, de qualquer tipo de morte de um ser humano. Nós somos contra qualquer forma de violência. Fazer justiça, construir a igualdade social, é defender a vida. É isso que nós estamos construindo aqui. Como é possível acreditar em Deus e não acreditar em uma política econômica e social que produz vida, e vida em abundância? Sepulcros caiados! Hipócritas! Proselitismo religioso! Usam a Bíblia para esconder os verdadeiros interesses que vocês defendem.

O Presidente Lula está no caminho certo. O Presidente Lula continua orgulhando o povo brasileiro, porque o Governo do Presidente Lula está do lado do povo brasileiro, está do lado da economia brasileira, está do lado da sociedade brasileira.

Vocês se explicitaram com essa bandeira dos Estados Unidos. Estão até esquecendo a bandeira do Brasil. Vocês revelaram seus verdadeiros interesses. E continuam defendendo o Trump. Achei que vocês iriam começar a esconder



o discurso, mas vocês continuam defendendo o Trump, esse ditador nos Estados Unidos que está produzindo tanta desigualdade. O Milei já foi. Logo, logo vai o Trump também.

Documento 4/7

188.2025	Sessão Ordinária - CD	17/09/2025-12:36
Publ.: DCD - 18/09/2025 - 88	Glauber Braga-PSOL -RJ	
	ORDEM DO DIA	QUESTÃO DE ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado levantou questão de ordem para pleitear a imediata interrupção da deliberação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências, a fim de que seja remetida à Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) e, posteriormente, a uma Comissão Especial para exame do mérito da proposição. Ademais, argumentou que o parecer proferido em plenário, pela CCJC, ocorreu em 2021, em caráter excepcional, devido à pandemia do coronavírus. Além disso, defendeu que é antirregimental a designação de Relator para proferir o Parecer em Plenário, uma vez que não há mais uma situação de emergência de saúde pública a justificar a dispensa da deliberação prévia pela Comissão Especial. Ao final, reforçou a necessidade de tramitação da PEC no âmbito das referidas Comissões, sob pena de judicialização da matéria em caso de aprovação.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, minha questão de ordem se baseia no art. 95 do Regimento Interno da Câmara e nos princípios constitucionais de regularidade processual, ampla deliberação.

Quero apresentar esta questão de ordem, evidentemente, relativa à PEC 3, que popularmente tem sido conhecida como a PEC da blindagem.

Esta proposta foi apresentada no dia 24 de fevereiro do ano de 2021.

Queria muito pedir a atenção de V.Exa., Presidente, e a atenção da Mesa Diretora porque os argumentos que estão sendo colocados neste plenário podem evitar que um desastre aconteça e esta matéria tenha que ser, mais uma vez, judicializada.

Naquele ano, 2021, foi dito que se tratava de um caráter excepcional, porque nós vivíamos uma pandemia. Com isso, ela foi submetida diretamente ao Plenário para a apreciação da admissibilidade. Esta tramitação excepcional foi justificada, à época, pela não instalação da Comissão de Constituição e Justiça



— CCJ e pelo que se chamou, na época, com a nossa discordância, entre aspas, Deputado Chico Alencar, de "premência da matéria", em um contexto de emergência de saúde pública, Líder Talíria Petrone, como indicava a Resolução nº 14, de 2020, que instituiu o sistema de deliberação remota como medida excepcional.

No dia 19 de agosto de 2025, um novo Relator, o Deputado Lafayette de Andrada, foi designado para proferir parecer em plenário, em reformulação àquele proferido na Legislatura anterior.

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados estabelece, de forma evidente, o rito de tramitação de PECs, art. 202, em que o procedimento padrão exige que, uma vez admitida a proposta pela CCJ, o Presidente designe uma Comissão Especial para o exame do mérito da proposição. A dispensa da Comissão Especial e a apreciação direta em plenário, em 2021, ocorreram sob um regime de excepcionalidade devido à pandemia e à não instalação das Comissões. Atualmente, em 2025, estas condições, que justificaram a excepcionalidade, não estão mais presentes. Não há nenhuma indicação de que a CCJ esteja inoperante ou de que persista uma situação de emergência que impeça o funcionamento regular das Comissões.

A designação de um Relator em plenário para um parecer reformulado configura uma continuação da tramitação excepcional que desconsidera a etapa essencial de análise por uma Comissão Especial. Manter esta tramitação direta no plenário sem a prévia constituição e deliberação por uma Comissão Especial viola o rito constitucional e regimental estabelecido para as PECs, que visa aprofundar o debate e aprimorar qualquer tipo de proposta.

Concluindo, digo que a solicitação é que esta deliberação seja imediatamente interrompida e que seja reconhecida a necessidade de restabelecimento de tramitação ordinária com a remessa desta proposta à Comissão de Constituição e Justiça e, posteriormente, a designação de uma Comissão Especial para o exame de mérito da proposição, conforme previsto no art. 202, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Caso isso não seja feito, pela flagrante inconstitucionalidade, esta matéria terá que ser judicializada.

Documento 5/7

195.2025	Sessão Ordinária - CD	23/09/2025-14:12
Publ.: DCD - 24/09/2025 - 48	Delegado Paulo Bilynskyj-PL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu o mandato do Deputado Eduardo Bolsonaro, afirmando



que ele poderia exercê-lo de forma on-line mesmo estando fora do País. Argumentou que, durante a pandemia da Covid-19, todos os Deputados atuaram de maneira remota por mais de um ano e que, portanto, não haveria impedimento legal para a prática. Também diferenciou os conceitos de anistia e dosimetria, ressaltando que nunca houve defesa, por parte de seu partido, da redução de penas relacionadas aos atos de 8 de janeiro. Informou que as condenações seriam resultado de perseguição e careceriam de fundamento jurídico. Reafirmou a defesa do Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que concede anistia aos participantes das manifestações reivindicatórias de motivação política, ocorridas entre o dia 30 de outubro de 2022 e o dia de entrada em vigor desta Lei, e dá outras providências.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (Bloco/PL - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

O PT quer cassar o mandato do Deputado Eduardo Bolsonaro, o Deputado Federal eleito com o maior número de votos da história, o Deputado Federal que pertence à família mais perseguida do Brasil.

O Deputado Eduardo Bolsonaro está exercendo o mandato de forma *on-line*, não presencial. E os mesmos Deputados que estão aqui criticando o fato de ele estar fora do País e de estar exercendo o mandato de forma *on-line*, já exerceram mandato dessa forma.

Eu queria perguntar aos Deputados se não ficaram 1 ano e 7 meses trabalhando de casa, durante a Covid.

Esse mesmo cara que disse que o Deputado Eduardo não pode exercer o mandato de fora do Brasil, não pode exercer o mandato de forma *on-line*, não presencial, ficou 1 ano e 7 meses em casa, 100% em casa, durante o período da Covid. E não foi só ele, mas todos os Deputados Federais.

Se estão dizendo — inclusive um Ministro do Supremo Tribunal Federal disse isso — que não, que o mandato tem que ser presencial, então a gente pode anular tudo o que foi feito durante a Covid, porque vocês estavam em casa, hem? Vocês trabalharam de forma *on-line* — todo mundo sabe disso — por 1 ano e 7 meses.

Então, acredito que o Deputado Eduardo tem, sim, o direito, como Deputado Federal eleito pelo Estado de São Paulo, de exercer o seu mandato de forma não presencial, de forma *on-line*.

Um segundo ponto, Sr. Presidente: eu preciso diferenciar aqui o que é anistia do que é dosimetria. Ninguém aqui nunca falou em dosimetria. Nunca foi negociado nada relacionado com dosimetria. Nenhum Deputado do PL, em nenhum momento, admitiu dosimetria. Ninguém aqui quer diminuir pena. Por quê? Presume-se que, se a pena for diminuída, é porque o fato ocorreu, o que não é verdade. Os fatos que levaram às condenações do 8 de Janeiro são falsos,



são mera perseguição. Esses fatos merecem a anistia.

O que significa anistia? Significa dizer o seguinte: esses fatos não podem ser punidos, nem os pretéritos, nem os presentes. Ninguém pode ser processado criminalmente pelo que aconteceu dentro desse período, porque houve uma farsa jurídica. Qualquer jurista que tenha o mínimo de compromisso intelectual vai assumir a verdade. Os fatos não existem. Não há causa jurídica para processar essas pessoas, ainda mais por fato criminoso.

Então, deixo claro aqui que nós nunca fomos a favor de diminuição de pena, de dosimetria. Nós somos a favor da anistia geral, plena, irrestrita.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 6/7

195.2025	Sessão Ordinária - CD	23/09/2025-19:44
Publ.: DCD - 24/09/2025 - 173	Sargento Gonçalves-PL -RN	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a abertura de um inquérito pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino sobre a Covid durante o Governo Bolsonaro. Afirmou que se trata de uma perseguição a opositores políticos e acusou Dino, ex-Governador do Maranhão, de envolvimento em irregularidades no Consórcio Nordeste, que teria desviado recursos e comprado respiradores que não chegaram, resultando em mortes. Por fim, defendeu a necessidade de limitar o poder dos Ministros e sugeriu que Dino deveria ser incluído no inquérito para esclarecer os recursos desaparecidos.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (Bloco/PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero chamar a atenção aqui para um inquérito aberto na semana passada por um Ministro da Suprema Corte, o Ministro comunista Flávio Dino, sobre a Covid no período do Governo do Presidente Bolsonaro.

É um inquérito baseado na CPMI que foi sequestrada pela extrema esquerda. Por isso, de fato, precisamos colocar limites nesses Ministros. Esse Ministro era Governador do Maranhão à época e fazia parte daquele consórcio de Governadores comunistas do Nordeste, que sumiram com recursos públicos e compraram respiradores que nunca chegaram ao Nordeste. Pessoas morreram no Nordeste por falta de respiradores, porque os Governadores do Consórcio Nordeste sumiram com os recursos e compraram respiradores de uma empresa



de *Cannabis*.

Agora o Ministro do STF Flávio Dino abre um inquérito contra políticos opositores. É mais um inquérito para perseguir bolsonaristas, para perseguir opositores políticos. Infelizmente, utilizam a Suprema Corte, utilizam o Poder supremo do Judiciário brasileiro para perseguir opositores políticos.

Infelizmente, é lamentável, vergonhoso e triste quando a política entra pelas portas do tribunal e a justiça sai pela janela. É isso que temos visto, lamentavelmente, nas ações do Ministro da Suprema Corte do nosso País. O Ministro Flávio Dino deveria se incluir neste inquérito para ser investigado e dizer onde estão os milhões de reais que sumiram pagos para a compra de respiradores que nunca chegaram.

Documento 7/7

197.2025	Sessão Ordinária - CD	24/09/2025-17:20
Publ.: DCD - 25/09/2025 - 132	Ana Pimentel-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação da Medida Provisória nº 1.301, de 2025, que institui o Programa Agora Tem Especialistas, dispõe sobre o Grupo Hospitalar Conceição S.A., altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019. Além disso, criticou ações do ex-Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento à pandemia da Covid-19, ao recusar a aquisição de vacinas e a promoção de medicamentos ineficazes como a cloroquina e apelou aos apoiadores do ex-Presidente para que deixem o País avançar.

A SRA. ANA PIMENTEL (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PT orienta "não" ao adiamento de discussão.

Esse programa é importantíssimo para o País, e é irônico que o Deputado que me antecedeu, que também é de Minas Gerais e é médico como eu, venha aqui dizer que esse programa é eleitoreiro. Eleitoreiro foi o que fez o Presidente que ele apoiava, que negou vacina para a população brasileira, que fez uma gestão desastrosa da pandemia neste País. Eleitoreira foi a defesa da cloroquina para tratar a Covid, quando todas as evidências científicas mostravam que a cloroquina não tratava ninguém com Covid.



Neste momento, o que o Ministro Padilha e o Presidente Lula estão fazendo é trazer uma política pública sólida, inteligente, inovadora para melhorar a vida da população brasileira.

Bolsonaristas, vamos deixar o Brasil caminhar. Vamos avançar nas políticas públicas!
